



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

A FORMAÇÃO POLITÉCNICA PARA UMA NOVA CONCEPÇÃO DE TRABALHO

POR

Amanda dos Santos Mendes

Rio de Janeiro

Dezembro/2005

Ministério da Saúde

Fundação Oswaldo Cruz

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Curso Técnico em Educação Profissional de Gestão em Serviços de Saúde

**A FORMAÇÃO POLITÉCNICA PARA UMA NOVA CONCEPÇÃO DE
TRABALHO**

POR

Amanda dos Santos Mendes

**Monografia apresentada ao Curso de
Educação Profissional de Gestão em
Serviços de Saúde da Escola Politécnica
de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ**

Orientadora: *Adriana Ribeiro Rice Geisler*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus por ter me dado sabedoria para produção deste trabalho;

A minha orientadora, Adriana Geisler por me dar incentivo para construção dessa monografia, por me orientar em todos os sentidos, desde o pensar em que tema até a conclusão;

A minha mãe por ter me dado “bronca” de maneira a incentivar a construção do mesmo;

A aluna Simone e o aluno Moises que me ajudaram a digitar o trabalho, quando achei que não ia dar conta, estava num sufoco!

A aluna Anna Araripe que me levou para casa dela, ajudando me a acabar de digitar e releu meu trabalho colaborando em possíveis modificações, ficando acordada até as 3:30 da manhã. Não posso deixar de agradecer ao seu pai, que também ajudou a gente a digitar;

E todos os demais professores que de alguma forma colaboraram.

SUMÁRIO

Apresentação	04
Capítulo 1: Trabalho E Administração - Um Breve Histórico	05
<i>Saúde – Aspectos do Trabalho e administração</i>	11
Capítulo 2: Cidadão Produtivo Ou Ser Humano Emancipado ?	15
<i>Trabalhador produtivo</i>	16
<i>O Ser Humano Emancipado</i>	20
Capítulo 3: Formação Politécnica E Ensino Profissional De Nível Médio	22
Conclusão	28
Referências Bibliográficas	32

Apresentação

Este trabalho tem como objetivo identificar, através de revisões bibliográficas, as formas de gestão desde as primeiras sociedades até a mundo contemporânea, discutindo sobre o papel da educação e suas inter-relações no processo de trabalho.

No primeiro capítulo faremos um breve histórico das formas de trabalho e dos métodos administrativos, desde Taylor, com a administração científica, até os métodos de controle sutis da atualidade. Ressaltaremos e interligaremos esses métodos com o trabalho em saúde.

No segundo capítulo destacamos a importância do trabalhador em seu meio de trabalho cotidiano. Se o mesmo é apenas cidadão produtivo, ou seja, ferramenta humana a fim de garantir a produtividade através da mais valia. Ou ser humano emancipado, isto é, um cidadão que produz, mas ao produzir cria a si mesmo, sente-se realizado e entende o trabalho como prazer, como obra daquele que produz.

No terceiro capítulo falaremos da importância da Formação Politécnica e da distinção entre a mesma e o ensino profissionalizante, o qual tem por objetivo a “fragmentação do trabalho em especialidades autônomas” (Saviani, 2003: 38).

Assim, pretende-se tratar a educação como algo fundamental para o desenvolvimento de processos de trabalho segundo uma nova perspectiva, em que o trabalhador possua capacidade crítica e poder de decisão.

Capítulo 1

TRABALHO E ADMINISTRAÇÃO - UM BREVE HISTÓRICO

O homem sempre sentiu a necessidade de transformar a natureza em prol da sua sobrevivência. Nas primeiras sociedades humanas essa relação se dava de forma direta, homem – natureza, colhendo os frutos, pescando...

Todo trabalho, desde o mais simples ao mais complexo, consiste em uma atividade física e intelectual. Uns exigem mais esforços físicos, outros requerem mais concentração mental. Porém, ambos utilizam-se dessas duas habilidades humanas, de forma a empreender um trabalho intencional e cooperativo, transformando os objetos naturais ou modificando-os. Para tanto utilizam-se de instrumentos de trabalho. A este processo chamamos de processo de trabalho.

Segundo Pinheiro (2003) o processo de trabalho reúne três elementos básicos: trabalho, os meios de trabalho e o objeto de trabalho. Entendendo o trabalho como processo de transformar algo, os meios de trabalho consistem em tudo aquilo que o indivíduo precisa para realizar essa transformação, ou seja, ferramentas, máquinas e objetos de trabalho. O objeto de trabalho consiste na matéria, no objeto a ser transformado, pode ser natural ou já modificado.

Há muitas décadas, o trabalho era realizado de forma que cada um fazia sua parte, mas não existia uma divisão consistente, sólida, específica. Os artesãos trabalhavam, assim, em suas fábricas rústicas. Com o crescimento das necessidades dos homens e, conseqüentemente, o aumento do trabalho tornou-se necessário a divisão de tarefas como forma de organizar o processo de produção. Todavia essa necessidade, aliada ao processo de trabalho capitalista, transformou-se em comando e controle do

processo produtivo, ficando o trabalhador sujeito às normas capitalistas. Foi necessário, então, o surgimento de uma “ciência” que pudesse planejar, organizar, dirigir e controlar, portanto, administrar o processo de execução das tarefas.

Antes de ressaltarmos qualquer aspecto em administração devemos lembrar que o processo administrativo existe desde os primórdios até a sociedade contemporânea., mas passou a ser considerado como ciência em “1903” com as teorias de Taylor (americano, 1856-1915).

Os princípios da administração científica de Taylor consistiam em um sistema “duro” que “olhava” a fábrica de baixo para cima, ou seja, desde o operário até a gerência. Em prol da produtividade, dava-se “ênfase” em operariado, controlando os tempos e movimentos no processo de produção. O sistema taylorista postulava que a produtividade cresceria e, conseqüentemente, aumentaria o lucro. Taylor, com o objetivo de retirar dos trabalhadores o controle no processo total de produção, defendeu o pagamento por produção e incentivo salarial e separou as tarefas destinadas a cada um deles.

Mais tarde, com a teoria clássica da administração, Fayol (francês, 1851-1952), não foi muito diferente. Persistia o mesmo controle em cima dos operários. O que distinguia a perspectiva taylorista da de Fayol era que, agora, esta última visava os sistemas de cima para baixo. Fayol acreditava que a base de uma instituição era a gerência. Contudo, na linha de produção o sistema continuava sendo regido pelos mesmos padrões tayloristas. Os indivíduos além de serem controlados, trabalhavam em condições insalubres e durante muitas horas por dia. Entre outros fatores, podemos destacar: hierarquia; autoridade; centralização do poder; unidade de comando, onde cada empregado recebe ordens de um único sujeito; unidade de direção, ou seja, um plano e um diretor para cada grupo que tenha o mesmo objetivo; remuneração “justa”

para a satisfação do trabalhador; cadeia escalar, ou seja, a linha hierárquica deve ser respeitada; ordem ou um lugar para cada coisa (cada coisa em seu lugar); espírito de equipe ou união entre as pessoas da equipe.

De maneira semelhante foi o fordismo, com as experiências levadas a efeito na fábrica de automóveis de Henry Ford (americano, 1863-1947). Aí se utilizava a esteira para poupar tempo no transporte das peças, por parte dos trabalhadores que, assim, poderiam fazer outras atividades. Outro fator importante é a linha de montagem, que visava à mecanização, a padronização e a especialização introduzidas por Taylor. Assegurando assim o ritmo de trabalho, Ford reduziu o dia trabalhado, mas impôs a intensificação do ritmo, garantindo produtividade.

O capitalismo é um sistema econômico que visa lucro e mais lucro, está a todo tempo criando meios de aumentar o superávit e, conseqüentemente, a exploração e alienação do trabalhador. Nesta perspectiva, insere-se a lógica *taylorista-fordista*.

Como disse Gramsci (1980: 396 *apud* Gurgel, 2003: 82) comentando sobre Taylor:

“Efetivamente Taylor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana: desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalhador profissional qualificado, que exige uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho e reduzir as operações produtivas apenas aos aspectos físico maquinal.”

Ou seja, o trabalhador não precisa ser um ser criativo, pensante, e muito menos um profissional realizado, contudo, deveria fazer seu trabalho de forma a ser apenas uma parte da máquina. Resumindo, extensão da mesma, perdendo o senso criativo e a participação na totalidade do objeto a ser produzido.

O trabalho tornou-se banal, sem fundamento, sem motivação. Os novos ritmos de produção esgotaram o trabalhador fisicamente e mentalmente, o trabalho tornou-se alienante, os incentivos financeiros provocam individualização, competição...

Mais tarde, com a pesquisa realizada por Elton Mayo (1880-1949), um cientista social australiano, professor da *Harvard School of Business Administration*, na fábrica Hawtorne, pesquisando diferentes variáveis como temperatura, luminosidade, e intervalos de descanso, relacionando esses dados com o aumento da produtividade, porém não obtendo sucesso e desenvolvendo, então, outro caminho, o das relações sociais intra-pessoais no trabalho, verificou-se que a emoção existia e influenciava na forma como as pessoas desenvolviam suas tarefas, logo, os estudiosos reuniram os conhecimentos sobre comportamento humano e a mesma experiência aplicada à administração. Surgia assim a Teoria das Relações Humanas, dando ênfase na comunicação, satisfação, liderança, dinâmica de grupo, idéia do homem motivado por suas relações sociais. Posteriormente forma surgindo outras teorias como por exemplo, a Teoria Comportamental, Teoria Estruturalista, Teoria do Desenvolvimento Organizacional, etc (Pinheiro, 2001).

Vista de outro modo, a Teoria das Relações Humanas não é desenvolvida apenas com o propósito de preocupação com a emoção do trabalhador, mas como forma de conter uma possível revolta contra o sistema vigente (pressão em cima do operário). Pensando na iminente situação, em que alguns trabalhadores chegaram a quebrar máquinas, faltavam ao trabalho ou mudavam de emprego, o capitalismo teria que criar uma saída e a encontrada foi manipular ideologicamente os funcionários. Como dizia Bogomonava, essa proposta tornou-se uma arma ideológica, o que deixava claro que o pensamento dos dominados era: “Agora somos vistos não mais como maquinas, mas estão pensando em nossos sentimentos, em nossa subjetividade, como seres que

trabalham, mas são pais, mães, religiosos...”. Pensamento ingênuo! O que seria muito pior. Agora não eram mais manipulados explicitamente pela sua força de trabalho vendida, entretanto, eram manipulados pelos sentimentos, pela emoção... manipulados de outra forma, um controle sutil, um controle implícito.

Com as crises provocadas por revoltas em relação aos outros sistemas, pertencentes ao capitalismo, vão requerer tantas mudanças no setor administrativo a fim de se adequar às necessidades atuais, como diz o ditado: “*dançar conforme a musica*”, surgem as idéias de administração flexível.

A administração flexível procurava manter os funcionários satisfeitos, felizes, porém continuavam a ser manipulados, controlados de forma indireta, sendo assim, ambos os lados saíam satisfeitos, tanto os dominados como os dominantes, que continuavam dominando e lucrando. Destacaremos, agora, algumas idéias desse novo método de opressão à força de trabalho:

- Estímulo à criatividade e ao raciocínio, ou seja, maior autonomia do trabalhador;
- Trabalho em equipe;
- Desempenhos multifuncionais, tornando o trabalhador menos alienado, valorizando assim, a qualificação do trabalhador;
- Descentralização;
- Competição entre funcionários devido à remuneração flexível;
- A produção não era mais em massa e sim voltada para a demanda;
- Emprego temporário e emprego em tempo parcial, a fim de diminuir o vínculo empregatício e remuneração;
- O mundo tornou-se globalizado, ou seja, mercado mundializado;

Resumindo, a administração flexível abrange desde o planejamento das tarefas até seu controle, avaliação, está presente nas horas de trabalho, na venda dos produtos, nos direitos do trabalhador, nos salários. É bem verdade que muitas variáveis foram modificadas, porém o proletariado continua tendo sua força de trabalho explorada, agora de forma racional e sutil.

Saúde – Aspectos do Trabalho e administração

Falar em racionalidade, em divisão técnica de trabalho, em flexibilização, especialização, trabalho fragmentado em saúde é um fator bastante complicado, já que os mesmos exigem processos também muito complexos.

Numa indústria lidamos com objetos, com matéria, seja natural ou modificada. Na saúde lidamos diretamente com pessoas e mais, com pessoas que sofrem por alguma enfermidade, as quais encontram-se fragilizadas pela situação e, portanto, precisam revelar o que sentem, fazer exames e se sujeitar a tratamentos. Como afirma Pinheiro (2001): na produção de mercadorias, o objeto, o processo de trabalho, o produto e o cliente são perfeitamente distintos, já na saúde, o usuário é ao mesmo tempo, objeto, produto que não se separa do seu processo de produção.

A complexidade dos processos de trabalho não pára por aí, contudo devemos destacar que há problemas com a ética médica, tais como:

- Sigilo dependendo do caso de cada indivíduo;
- Direito de informação sobre a sua doença;
- Continuidade dos tratamentos em casos prematuros ou de pessoas em fase terminal.

Esses processos também exigem a contratação de outros serviços, lavanderias, serviços de limpeza, bem como empresas de medicamentos, de materiais cirúrgicos, matérias de procedimentos médico-hospitalares.

E como administrar todo esse processo?

Não muito diferente do processo fabril, o processo de trabalho em saúde tem traços marcantes tayloristas. Na divisão técnica do trabalho, fragmentação de atos e tarefas, cada profissional desempenha um papel indispensável. As funções mais complexas foram atribuídas aos enfermeiros, psicólogos, médicos. O trabalho destes últimos se desenvolve de forma ainda mais fragmentada, seja por procedimentos (cirurgia, radioterapia) ou por especialidades (cardiologia, pediatria, ginecologia), limitando o conhecimento e atuação profissional. Deste modo, os usuários são comparados com uma máquina, ou seja, quando alguma peça encontra-se danificada, torna-se necessário um especialista para repará-la, e assim ficam sujeitos a percorrer diferentes áreas, diferentes especialidades. Os médicos tornam-se alienados quanto os diferentes serviços prestados.

Os atos e procedimentos foram padronizados com o objetivo de diminuir os custos e aumentar a eficácia, retirando dos profissionais a capacidade da tomada de decisão. Este sistema é considerado contraditório, principalmente em relação a algumas funções que requerem certa autonomia. Os médicos, por exemplo, ficam limitados e são obrigados a seguir os métodos gerenciais. Assim podemos citar os métodos denominados atenção gerenciada, onde é passado o poder aos gerentes que por meio de protocolos padronizam os atos e rotinas, isto é, procedimentos diagnósticos e terapêuticos de forma a controlar o dia-a-dia desses trabalhadores. Nas unidades privadas todo esse controle visa o lucro, a concorrência. Nos setores públicos a

preocupação volta-se para a redução dos custos, já que nem sempre vemos investimentos nessa área.

Segundo Pinheiro (2001) a racionalidade gerencial hegemônica produz sistemas de direção que se alicerçam no aprisionamento da vontade e da expropriação das possibilidades de governar da maioria, um autoritarismo, às vezes revestido com palavras doces — parceria, integração, desenvolvimento de RH, flexibilização — mas enganosas.

Podemos observar que a racionalidade gerencial hegemônica encontra-se de forma igualitária à produção de bens em relação aos processos de saúde, uma vez que há divisão de trabalho (funções intelectuais e funções auxiliares), isto é, programas, especialidades, setores, rotinas e procedimentos foram padronizados, verificamos a centralização, linha hierárquica quanto à autoridade de poder, utilização da força de trabalho barata não muito qualificada.

Como todo processo produtivo, a saúde, infelizmente, tornou-se mercadoria, produto de uso, portanto experimentadora de toda e qualquer mudança no método gerencial já citado anteriormente. Não observamos apenas traços do taylorismo/fordismo, mas também formas mais flexíveis de governo, conforme na produção de bens, mercadorias, tais como emprego em horário parcial e emprego temporário para pessoal auxiliar e de apoio; consumo de bens e serviços de outras áreas (serviços de limpeza, lavanderia etc.) através de terceirização; às vezes alguns treinamentos utilizam situações complexas afim de estimular a autonomia e a criatividade dos profissionais; estímulo do trabalho em equipe.

Com o objetivo de amenizar os problemas enfrentados pelo método gerencial aplicado em saúde, é necessária uma reorganização na forma de administração das unidades de saúde, principalmente no que se refere a centralização e a democratização.

Pode-se observar no campo de trabalho, que as tomadas de decisões são bastante demoradas devido à departamentalização e as divisões setoriais, onde um setor envia um memorando para outro, o mesmo manda resposta para outro e assim por diante, o que não assegura que o processo decisório seja rápido e eficiente.

A respeito da centralização, podem ser identificadas algumas vantagens, visto que haverá uma uniformidade nas decisões, porém, às vezes, a demora é absurda. Descentralizando o sistema, haverá um fortalecimento da base, dando autonomia aos profissionais e acelerando a tomada de decisão. Outro fator importante é que, além dos gestores, a democratização possibilita a participação dos usuários, profissionais, que trabalham em prol da satisfação de todas as partes envolvidas. Através de reuniões, conselhos internos etc. essas unidades disponibilizam informações pertinentes à organização, tornando a gestão aberta a participações e sugestões. “A democracia é, pois, um produto social. Depende da correlação de forças, do confronto entre movimentos sociais e poderes instituídos. Depende da capacidade social de se constituírem em espaços de poder compartilhado. Rodas... a democracia é, portanto, a possibilidade de exercício de poder: ter acesso a informação, tomar parte em discussões e na tomada de decisões”. Essas palavras de Campos (2000) resumem todo e qualquer processo democrático, seja nas unidades de saúde ou em outro “espaço” em que ocorra um processo de produção de bens e serviços, em que cada cidadão exerça sua cidadania, representando cada qual sua subjetividade. Entretanto não devemos deixar que essas táticas sejam mais um método de dominação ideológica dos capitalistas que satisfazem suas necessidades objetivas de lucro. É lamentável que a saúde seja vista como objeto de uso, mercadoria, algo comercializado, vendido e, portanto, sujeito as leis de mercado.

Capítulo 2

CIDADÃO PRODUTIVO OU SER HUMANO EMANCIPADO ?

Vivemos num mundo capitalista cujo principal objetivo é produzir lucro utilizando-se da força de trabalho dos indivíduos a fim de produzir produtos. Segundo Marx (1985), no capitalismo o produto tem duplo valor: valor de troca e valor de uso. Por valor de troca entendemos que os produtos circulam como mercadorias e o valor de uso, como o nome já diz, expressa a utilidade do produto e, conseqüentemente, o consumo a fim de entender as necessidades humanas.

O trabalhador, em prol da sua sobrevivência, vende sua força de trabalho em troca de um salário. Em contrapartida sempre vão existir aqueles para comandar e controlar o processo de trabalho, os quais poderiam chamar burgueses, impondo limites no processo de produção dos bens e serviços (produtos), e até mesmo a forma de pensar e criar dos indivíduos, de forma que este pensamento não fuja à lógica capitalista, de se produzir segundo interesses alheios. Então de um lado temos o proletariado e de outro a burguesia, promovendo a desigualdade social; de um lado os que pensam e do outro os que trabalham; de um lado os que ganham, lucram, e de outro os que lutam para sua sobrevivência.

Os burgueses estão a todo tempo elaborando uma forma, um método de sair ganhando, precisando, portanto, explorar os que trabalham, ficando estes submetidos a esta lógica. Como diria Campos (2000: 32): “trata-se de pautar a agenda do pensamento único, silenciando determinadas perspectivas analíticas e determinados conceitos e hipertrofiando outros”. Como sintetiza Galeano (2000), a partir do que leu escrito em parede em Quito: “Quando tínhamos todas as respostas, mudaram as perguntas”.

É desta forma que se expressa o mundo contemporâneo, onde a maior parte das pessoas precisa de educação, moradia, lazer, cultura, e dependem de alguma forma de um emprego e muitos estão sujeitos a um subemprego, os quais não possuem carteira assinada, trabalham por “conta própria”, sendo este trabalho legalizado, como alguns ambulantes; ou ilegal, como por exemplo, os camelôs que vendem seus produtos nas linhas ferroviárias. Todos de forma direta ou indireta são escravos do capitalismo e não encontram saída desse eterno labirinto, e portanto um jeito de amenizar e melhorar a forma como vivem, ou melhor sobrevivem. Na verdade: algo muito profundo está ocorrendo quando a sociedade não se indaga. Quais os caminhos para vencer o subdesenvolvimento e a desigualdade? Mas como atrair capitais, quando a preocupação dos trabalhadores deixa de ser como ampliar direitos? E se torna como encontrar emprego (Lê monde diplomaque *apud* Gurgel, 2003).

Trabalhador produtivo

Quando o indivíduo deixa de exercer a sua vontade, expressando seu pensamento, sua criatividade, sua subjetividade, tornando-se uma ferramenta humana para garantir a produtividade este passa ser somente um trabalhador produtivo. Ou seja, aquele que apenas produz algo. Nesse sentido somos quase todos produtivos, pois quando arrumamos a casa, fazemos comida, ou ocupamos a posição de recepcionista de um hospital, de uma forma ou de outra não deixamos de produzir. O que diferencia um do outro é a maior ou a menor produtividade, que varia de acordo com os meios de produção e da tecnologia. A maior produtividade significa obter um maior número de bens ou serviços em menor tempo; contudo a menor produtividade seria o inverso e a improdutividade seria aquele que não produz nada.

Pensar em trabalhador produtivo significa olhar o trabalhador por dois ângulos diferentes. O trabalhador produtivo, no âmbito do senso comum, seria aquele que produz em curto espaço de tempo, é mais eficiente e eficaz em suas tarefas, é competente, e é portanto, remunerado, sendo essa remuneração justa isto é, o trabalhador ganha correspondente ao que trabalha, ou melhor, que sua condição, seu salário, sua riqueza depende de sua contribuição, do seu esforço. O segundo aspecto tenderia para uma perspectiva capitalista, o trabalhador produtivo é o que garante um salário vendendo sua força de trabalho, e ainda produz a mais valia para os dominantes do processo.

Entende-se por mais-valia absoluta o processo pelo qual se obtém mais produtos de trabalho, sejam bens ou serviços pela extensão da jornada de trabalho, ou seja, pelo aumento das horas de trabalho que não serão revertidas ao trabalhador com uma remuneração a mais, resumindo, são horas de trabalho não pagas. Um exemplo prático de mais-valia absoluta, observa-se na revolução industrial, onde famílias inteiras trabalhavam 18 horas diárias. Já a mais valia relativa denominada por Marx obtém-se de um mecanismo mais moderno, pois com a tecnologia (máquinas mais potentes e meios de produção mais eficientes) e novos métodos de gerências, diminui-se as horas de trabalho, porém intensificou o ritmo de trabalho. De um jeito ou de outro o profissional é super explorado, ou mesmo pela combinação simultaneamente da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa. Isso significa que o trabalhador em ritmo intensificado para maior produtividade ainda estende suas horas de trabalho sem ser pago de forma justa por isso.

Como citado anteriormente, a idéia de trabalhador produtivo, como aquele que é competente e que recebe de forma justa pelo produto de seu trabalho, é completamente utópica. De modo intencional, os capitalistas exploram seus trabalhadores fazendo valer

a vontade dos primeiros. Ficando o trabalhador submetido a uma vida medíocre, a um processo de trabalho alienante resultando em uma exploração sem limites, não tendo em muitos casos, o seu trabalho valorizado e reconhecido.

A fim de sintetizar e mascarar essa super-valorização alguns capitalistas chegam a incentivar seus funcionários ao crescimento, isto é, “hoje você trabalhador está na condição de operário, na linha de produção, amanhã poderá assumir a gerência da instituição”. Quando falo que trata-se de um processo mascarado, basta observarmos que apenas poucos conseguem atingir seu objetivo (ser gerente, por exemplo) e tantos outros se esforçam de maneira semelhante e continuam a ocupar a mesma posição. Os capitalistas não estão preocupados no crescimento pessoal e profissional do trabalhador, apenas mascaram, utilizando alguns como exemplo. Se milhares não atingem o alvo que o funcionário “X”, foi por incompetência dos mesmos de se manterem empregados, de crescerem dentro da empresa ou tornar-se desempregados, de acordo com a natureza humana de cada um. Como diz Cláudio Gurgel (2003: 119) em uma de suas críticas ao neoliberalismo: “o desemprego, antes um flagelo que relembra a triste manobra da crise do ano de 1930, assume uma feição naturalizada, parte integrante de um modelo de vida social darwinista, onde se entende que a sobrevivência no mercado é um processo de seleção natural”. Retirando assim a responsabilidade dos capitalistas, em relação a desigualdade social, colocando-a em cima da massa trabalhadora.

O cidadão produtivo seria aquele trabalhador que maximiza a produtividade sendo um cidadão mínimo. Segundo o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador trata o termo cidadão produtivo segundo algumas diretrizes: consolidação da estabilidade econômica, desenvolvimento com equidade social, modernização das relações capital/trabalho, construção da cidadania, universalização da educação básica de qualidade, educação profissional contínua em vista da complementaridade entre a

educação básica e a educação profissional, geração e melhor distribuição de renda em vista de mais e melhores empregos, e a empregabilidade para o acesso e permanência no mercado de trabalho (Frigotto & Ciavatta, 2003). Podemos perceber claramente que a maioria dessas diretrizes são utópicas, idealizadas, que num plano “realista”, o funcionamento é bem diferente. O cidadão submete-se as normas dominantes do processo capitalista, limitando suas potencialidades.

Se olharmos a nossa volta, identificamos de uma forma rápida um processo limitador das características humanas, como seres capazes de produzir, mas também de criar a si mesmos. Nos processos de saúde tudo o que identificamos é processado em padronização dos procedimentos, especialização, número de atendimentos, número de raios X, etc; fazendo valer a vontade e os interesse alheios são submetidos à rotinas diárias de processo alienantes em prol, muitas vezes como já foi ressaltado, do lucro.

Até mesmo os músicos/compositores, deixam de compor e ensaiar suas obras, para serem submetidos a ensaios com maestros para tocarem solos e músicas cujas composições não são suas, um exemplo é Mozart. Como diz Campos (2000: 51) em “um método para análise e co-gestão para coletivos”. Conta a história que “Mozart e outros, que também amavam a música, continuaram trabalhando, ensaiando, pensando, exercitando-se, produzindo novas obras! Para tanto eram obrigados a sair de seu desejo central, reconhecendo a obrigação de atenderem às necessidades de outros. Mozart aceitou Beethovem como maestro. Atendendo recomendações, tocando suas composições, emocionando... ingressou na Banda Fusão sendo mais um músico entre os outros”.

A força de trabalho tornou-se uma mercadoria, produto de outras mercadorias onde o “trabalho não realiza nenhuma capacidade humana do próprio trabalhador, mas cumpre as exigências impostas pelo mercado capitalista (Chauí 1999).

O ser humano emancipado

É necessário uma reconstrução no modo de pensar o processo de trabalho, já que o homem sente necessidade de produzir, de trabalhar para a sua sobrevivência, mas também sente necessidade de auto realização, de criar, de construir obras. Sentir-se satisfeito somente com uma remuneração considerada (para o mesmo) como justa na tem validade. O sistema torna-se completa quando além do trabalhador o sentimento de satisfação com o seu salário ainda assim sente prazer em produzir, criza a si mesmo.

Segundo as intervenções propostas pelo método da roda (Campos, 2000: 62) “considera o trabalho como um dos planos essenciais para a constituição de sujeitos, de coletivos e da sociedade como um todo. Um modo essencial de expressão do sujeito no mundo: a produção de obras como um espelho em que a reflexão crítica tornar-se-ia possível”.

O trabalho deveria ser entendido como todo o processo que produz algo, porém, no momento dessa mesma produção o trabalhador sente-se realizado, portanto, deveria superar o conceito de trabalho produtivo, que falamos anteriormente. O trabalhador precisa criar e sentir-se a vontade para tal; precisa expressar seus desejos, suas críticas, opiniões, contribuindo assim para a produção de sujeitos, e contudo, de um ser humano emancipado. Segundo Campos (2000: 54), “o trabalho como um dos caminhos necessários à própria constituição do sujeito. O sujeito-da-práxis, misturado ao sujeito-do-gozo ou ao sujeito-do-prazer. Isto sem pretender fundir assim como ressalta Laforgue (1999) do trabalho com os do lazer. Ócio visto como direito”, ou seja, o sujeito de ação; do uso, visto que está em jogo sua força de trabalho, mas que possui descanso, folga como direito. A produção de sujeitos de seres humanos emancipados

depende desse sentimento de criação e de produção de obras, podendo ser individuais ou coletivos.

Não estamos falando mais em satisfação da vontade alheia (trabalhador produtivo), porém em auto-satisfação. Deixamos para traz o método proposto pelo capitalismo, de cidadãos alienados, trabalhadores mecanizados, desvalorizados, tratados como objetos descartáveis, os quais são úteis para o sistema, ou seja, possuem disposição para produzir.

O pintor ao pintar um quadro, um escultor ao esculpir uma estátua para uso pessoal, ou para ser vendido, ainda sim sente realizado pelo trabalho, constitui ma obra em duplo sentido; sendo trabalho artístico produzido com capricho, e no sentido de auto-realização (Campos, 2000).

Não há trabalho sem improviso, devemos ser atores, os quais assumem o texto, lêem, mas se for preciso improvisar, que seja feito. Seguindo essa linha de raciocínio é impossível pensar no trabalho de forma mecânica que dispense o improviso, e portanto, a criatividade humana, a subjetividade, e o prazer em construir. Uma solução proposta por Gurgel (2003) seria estimular por meios de financiamento público, políticas sociais que fossem gerar empregos no campo da cultura, saúde, educação, ciência, cuidado com idosos, arte, em que todos esse trabalhos não dispensam o trabalho humano, não é possível estabelecer vínculos somente com máquinas, ou “criar” um ser humano apenas mecanizado, treinado.

Porém em toda e qualquer atividade o homem tem de sentir prazer no que faz, não somente pela ganância financeira, mas para produzir para si um verdadeiro trabalho criativo, prazeroso. Um ser humano emancipado e não mais alienado, desprovido de emoção.

Capítulo 3

FORMAÇÃO POLITÉCNICA E ENSINO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO

Nos capítulos anteriores falamos da concepção de trabalho; dos métodos gerenciais, para controlar e comandar o processo de trabalho, do cidadão produtivo, e do ser humano emancipado, tomando como base as relações de trabalho capitalista, mas sem nos preocuparmos com a educação, com o processo de formação desses cidadãos.

Percebemos então, que seria impossível falar em trabalho, sem comentarmos o processo de formação, os quais “geram” estes profissionais. Pois trabalho e educação estão intimamente ligados. Sendo o papel da educação a formação dos seres humanos, seja como indivíduos e/ou como profissionais competentes para exercer determinada função pré-estabilizadas ou não.

Nas primeiras sociedades a escola era algo restrito, onde apenas pequena parcela tinha acesso, geralmente aqueles com maior poder aquisitivo. Na Grécia, por exemplo, a escola era vista como local de descanso, repouso, para o lazer. Nesta época se mantinha o trabalho escravo, portanto, as funções intelectuais e conseqüentemente as escolas ficavam resumidas a uma parcela da sociedade.

Como pensar em educação, hoje, em uma sociedade que expressa concentração de riquezas nas mãos de poucos, ciência e tecnologia subdividida a lógica de mercado, mundo globalizado (mundialização do capital)? Como pensar num mundo mais igualitário? Com escola pública de qualidade para todos.

Na sociedade contemporânea os cursos de formação profissional são voltados para o mercado de trabalho, reduzindo os saberes, as técnicas, pois o mais importante é a competência; competitividade; habilidade; empregabilidade, e qualidade total sendo a

mesma vista como satisfação total do consumidor, adequar o produto de trabalho (bens ou serviços) as necessidades do consumidor; transformando o indivíduo em um cidadão passivo, o qual possui o mínimo necessário para a execução de suas tarefas no campo de trabalho. É desse modo que se expressa a educação no mundo que não pertence ao homem trabalhador (proletariado), mas sim ao homem burguês. Uma frase muito importante exposta por Marise Ramos em “A pedagogia das competências. Autonomia ou Adaptação”.

“É necessário resgatar como centro dos processos educacionais o ser humano como parâmetro e não o mercado.”

Ou seja, a formação humana deve ser pensada como um processo de realização pessoal expressa na sociedade, e não mais somente como algo que garante um emprego a fim de mostrar sua subsistência. Devemos encarar a formação humana como troca de informação e produção de conhecimento para vida e não apenas para o mercado de trabalho. Quando o homem se objetiva para o objeto ou para o capital, sua subjetividade é pelo capital apropriado e o homem não se reconhece como sujeito (Marise Ramos, 2002).

Não nos deixemos levar pelo projeto burguês de educação, isto é, formação profissional para reprodução do capital.

Se pensarmos que o único pressuposto para obtenção e manutenção do emprego é o diploma, estamos completamente equivocados. É preciso ter competência e, sobretudo, qualificação para melhor se adaptar ao emprego, visto que a concorrência encontra-se cada vez maior. Quando mencionamos competência estamos nos referindo à aspectos de conhecimento, habilidade adquiridas no processo de formação. A qualificação para o trabalho significa ter potencial para realização das tarefas, agindo individualmente ou dentro de um coletivo, superando as dificuldades, e como já

ressaltamos no capítulo dois, ser capaz de improvisar quando for preciso, ser autônomo, criativo, propondo soluções a problemas.

A educação escolar tem por finalidade desenvolver nos educandos conhecimentos e habilidades necessárias para o exercício da cidadania e inserção no mundo de trabalho, está foi a definição elaborada pela LDB (Leis de Diretrizes e Bases), mas achamos que educar é algo que vai além desse pensamento, é formar cidadãos competentes tanto para o mercado de trabalho quanto para satisfação de seu crescimento pessoal.

A idéia de ensino profissionalizante difere da idéia de formação politécnica, já que o primeiro possui uma visão mais burguesa para o mercado capitalista, isto é, reduzindo os saberes, a criatividade, a autonomia, conforme fora discutido nos outros capítulos, treinando os trabalhadores para exercer determinada tarefa em prol da lucratividade. Esse processo é muitas vezes expresso por cursos modulares básicos e de curta duração. Deste modo “corremos o risco de ver o ensino reduzido a um simples processo de treinamento, a uma instrumentação de pessoas, a um aprendizado que exaure precocemente ao sabor das rápidas e brutais das formas técnicas e organizacionais do trabalho exigidas por uma implacável competitividade” (Santos, 1999).

Isso significa que o profissional deve ser flexível em relação às mudanças no mercado de trabalho, deva se especializar na área para adquirir um conhecimento maior para si mesmo, mas em função do mercado, de olho sempre na competitividade, na manutenção do emprego.

Enquanto os burgueses dominam o processo total de produção, esses profissionais dominam apenas parte dele tornando-se homem parcial, ou seja, o conhecimento passa ser também propriedade privados donos dos meios de produção, o

conhecimento que cabe ao profissional é reduzido a parcela que cada um deve possuir para realização de suas tarefas. Estamos falando de uma concepção, como já mencionamos onde poucos pensam, planejam e controlam e muitos executam.

A noção de formação politécnica surge em contraposição a essa idéia extremamente capitalista, tenta unir o trabalho intelectual ao trabalho manual, pois é bem verdade que não existe trabalho manual sozinho e trabalho intelectual sozinho. Tomaremos um exemplo simples para essa reflexão: os primeiros homens da sociedade que viviam da caça e da pesca. Até mesmo para caçar e pescar, os mesmos tinham que planejar e esquematizar para finalização eficaz de seus objetivos.

O conceito de politecnicidade tem mais de cento e vinte anos e foi elaborado por Karl Marx. Na concepção marxista, a politecnicidade nada mais é que a união entre escola e trabalho produtivo, ou seja, união entre saber teórico e saber prático, onde o ensino não deveria ser orientado para uma profissão específica, mas para um conjunto das ciências e atividades produtivas em que o profissional não saiba tudo, todas as profissões, o que seria impossível, porém tenha conhecimento do todo.

Retificando o termo “trabalho produtivo” no parágrafo anterior, significa a união entre escola e cidadão que coloque em prática seus conhecimentos, produza, mas crie, seja autônomo. Não estamos falando de um trabalho em que os profissionais sejam adestrados, contudo que desempenhem suas tarefas de forma que se sintam realizados. Que sejam produtivos, não apenas por um trabalho produtivo, mas que sejam produtores de obras!

A palavra politécnico, segundo o Dicionário Aurélio (1993) significa hábil em muitas artes, que abrange numerosas artes ou ciências. Politecnicidade significa no sentido da palavra: múltiplas técnicas, multiplicidade de técnicas, tomando cuidado para não

confundirmos com muitas técnicas divididas, fragmentadas e cairmos novamente na visão taylorista, não é essa a idéia.

Como um exemplo de formação politécnica, podemos citar a “Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio”, a qual foi criada em mil novecentos e oitenta e cinco com objetivos de suprir a carência de escolas que formassem profissionais técnicos em saúde.

Nessa mesma época a Fundação Oswaldo Cruz contava com funcionários analfabetos e técnicos “improvisados”. Esses “profissionais” eram contratados como faxineiros, porteiros, atendentes e ainda aplicavam vacinas, ajudavam nos laboratórios manuseando equipamentos complexos e sofisticados, sem que para isso tivessem uma formação que pudesse capacitá-los para o serviço. Então a idéia inicial da escola foi capacitar essas pessoas, porém apenas com conhecimentos práticos e não teórico.

Hoje a escola conta com um corpo docente altamente qualificado, formando profissionais com uma grande bagagem teórica e prática, os quais possuem poder de decisão, autonomia e senso crítico, tendo por alvo a melhoria do processo de trabalho em saúde em prol de uma sociedade mais justa.

A formação politécnica não só pode ser implantada nos cursos técnicos, como também na educação básica (ensino fundamental e médio). Não se daria de forma a multiplicar habilitações para torna-se possível o conhecimento das atividades na sociedade. Poderiam ser organizados debates, oficinas de forma a articular o saber teórico das salas de aula com o posto em prática.

Porém, segundo os defensores da formação politécnica, o processo apenas poderia ser implantado depois que o ensino fundamental (primeiro grau) e o ensino médio (segundo grau) público fossem universalizados. As escolas deveriam ser equipadas com laboratórios, oficinas de produção, bibliotecas, e precisariam de novos

currículos e professores formados nessa concepção de ensino. Para Machado, autora de *Politecnia, Escola Unitária e Trabalho* (1989), um livro sobre o polêmico conceito em educação, a politecnia só acontecerá quando for sentida como necessidade social e reivindicada por professores e estudantes organizados.

Conclusão

A forma pela qual o trabalho está organizado deve ser expressa a partir da proposta de uma reforma na educação. A maneira pelo qual o trabalhador desempenha suas funções/atividades está diretamente ligada ao processo de formação em que faz parte. A idéia de politecnia vem surgindo propondo mudanças no mundo do trabalho e no processo de ensino-aprendizagem. Partindo do pressuposto de que não há trabalho manual que dispense a capacidade intelectual do trabalhador e não há trabalho intelectual sem a presença do manual, preconiza-se que o trabalhador participe das tomadas de decisões relativas ao seu processo de trabalho, não apenas faça aquilo que lhe foi designado, sem reconhecer sua participação no processo de produção e o destino do objeto produzido (produto final). Deste modo, propõe-se a construção de uma perspectiva crítica, uma visão anti-burguesa (anti-taylor) do trabalho, onde o trabalhador não seja mais um profissional alienado, mas que seja capaz de expressar suas vontades, seus desejos. Como diz Gramsci (*apud Gurgel, 2003*): a “vontade” humana e a “objetividade” do mundo exterior seriam qualidades inseparáveis, uma a construir e a influenciar a outra, o tempo todo.

É perceptível a diferença entre ensino profissionalizante e ensino politécnico, o primeiro é fundamentado em uma perspectiva taylorista, qual seja a de formar profissionais de diversas especialidades, reduzindo a técnica e os saberes a uma maneira de se obter lucro e promover a competitividade em prol do mercado de trabalho. Já o ensino politécnico, surge com o intuito de criticar esta proposta. Ao invés de formar profissionais “treinados” para exercer uma determinada tarefa, visa à formação de trabalhadores aptos para reconhecer o processo produtivo como um todo e participar das

tomadas de decisões, com capacidade para uma análise crítica a respeito dos processos de trabalho e para realizar inovações tecnológicas e gerenciais.

Um profissional alienado é aquele que, falando de grosso modo, é visto como parte de uma máquina, não sabe o destino da produção, é cidadão produtivo, ou seja, cidadão subordinado a produtividade e, conseqüentemente, a reprodução do capital, limitando assim, sua capacidade criativa, crítica, autônoma.

A autonomia do trabalhador dentro de uma instituição é muito importante, pois o mesmo sente-se mais livre para expor sugestões. É na verdade “uma produção pessoal e social, ao mesmo tempo: coeficientes e graus de liberdade, sempre contrapostos a compromissos impostos ou acordos” (Campos, 2000: 60)

A formação politécnica de nível médio é super importante para que tenhamos uma nova concepção acerca do trabalho. É necessário sim, que sejamos competentes e qualificados para o trabalho, porem devemos ser criativos, autônomos, capazes de participar das tomadas de decisão, articulando sempre o pensar e o agir, e sermos profissionais não alienados, não apenas treinados, pois além de sermos trabalhador produtivo, devemos dar mais alguns passos e nos sentirmos realizados. Trabalho visto como obra, tornarmos seres humanos emancipados.

É inevitável a reformulação do conceito de trabalho integrado a educação, pois devemos refletir o que está em destaque no sistema educacional, que se expressa competência, competitividade e empregabilidade, em que o profissional não deve ser mais uma simples parte da máquina, mas um cidadão crítico e transformador em meio trabalho cotidiano.

Sinto-me honrada por estudar em uma escola pública de qualidade, politécnica. A partir do ano de dois mil e três, quando me matriculei na escola até os últimos dias deste ano, cresci como profissional; como pessoa; possuindo, hoje, um pensamento

crítico em relação a vida e ao mercado de trabalho que me espera. Tenho plena certeza que meus colegas de classe e da escola que estão se formando serão profissionais competentes e sobre tudo qualificado para o trabalho em saúde.

O campo de estágio atendeu de forma possível minhas expectativas, em termos de conhecimento teórico posto em prática. Consegui com facilidade entender os “mecanismo” dos processos de trabalho. Com relação as falhas, tanto de estrutura física da instituição, ou seja, setores mal localizados; quanto do sistema operacional, pude observar atentamente de forma a expor meus conhecimentos, fazendo críticas construtivas, isto é, críticas capazes de fazer daquela unidade de saúde, uma unidade melhor em prol da sociedade.

É gratificante a oportunidade que tive em estudar em estudar numa escola com profissionais preocupados em formar cidadão para trabalharem tanto em instituição publicas como privadas.

Ratificando tudo que foi mencionado anteriormente, usaremos as palavras do ex- diretor da Escola Politécnica, Antenor Amâncio Filho (*apud* Luci Ayaia, 1989):

“Continuamos preocupados em formar cidadãos com competência técnica, mas queremos que as pessoas saiam daqui conhecendo os fundamentos científicos e filosóficos que estão na base da tecnologia que vão manusear. Além de bons profissionais queremos formar pessoas com competência política que reflitam sobre suas responsabilidades sociais e o sentido de serem profissionais de saúde hoje no país”.

Complementando o que o ex-diretor dissera, além de obtermos uma formação politécnica, ainda contamos com a infra-estrutura da Fundação Oswaldo Cruz onde a Escola está inserida, com seus laboratórios de padrão internacional, suas bibliotecas,

contamos com um Hospital-escola, com serviços ambulatorial e médico hospitalar de qualidade, com uma fábrica de vacina...

Somos mesmo privilegiados pelas bases que deram origem a nossa formação.

Referências Bibliográficas:

AYALA, Luci. A palavra é politecnia, revista Sala de Aula, 1989

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. **Um método para análise e co-gestão dos coletivos**, editora Hucitec, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador produtivo ou ser humano emancipado? In **Trabalho, Educação e Saúde**. Volume 1 n° 1 março, 2003 p.45-60.

GURGEL, Cláudio. **A gerência do pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2002.

PINHEIRO, Themis Xavier de Albuquerque. **Textos de Apoio – Administração, organização**. Editora Fiocruz, série trabalho e formação em Saúde, 2001.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 2 edição. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Milton. **Caderno Mais**, Folha de São Paulo, 1999.

SAVIANI, Dermeval. O choque da politecnia in **Trabalho, educação e saúde**. Volume 1 n°1 março, 2003 p. 131-152.